

Nascimento Brito diz que só capitalismo é capaz de corrigir injustiças no Brasil

27 NOV 1981

Economia

Não foi senão com grande dose de contrarreia que aceitei a honrosa, tanto quanto temerária, tarefa de discorrer alguns minutos sobre a realidade do meu país. De fato, o Brasil não é apenas um país de grandes contrastes. É, igualmente, um país de grandes solidões. Não falo apenas das solidões geográficas impostas pela nossa natureza e por nossas dimensões continentais. Muito menos — e felizmente — não se trata de solidões raciais ou étnicas, em nação de contribuições culturais as mais diversas. Nesse campo somos, na verdade, um verdadeiro e promissor encontro de raças, que se avizinharam e se misturaram sem se temerem e sem se invejarem.

As grandes solidões que afiguram a sociedade brasileira se acentuam por dentro da organização social propriamente dita. As entidades e os indivíduos que compõem nossa organização social agravam disparidades e, sobretudo, as solidariedades são cada vez mais recusadas.

Essa visão da realidade brasileira não surge por acaso. Ao contrário, ela é construída a partir da verificação concreta da existência da maior de todas as solidões que é a de natureza política. A ausência de um projeto político verdadeiramente baseado nas realidades nacionais, de hoje e de ontem, é a grande responsável pela compartmentalização da vida nacional, isolando não apenas concidadãos entre si, mas, da mesma forma, estes do governo e vice-versa. Dentro da própria organização governamental, dois poderes, o Legislativo e o Judiciário, são e quase sempre o foram exemplos gritantes de solidão frustrante.

A solidão política, portanto, é a maior de todas, precisamente porque durante sua vigência histórica entre o Governo e a opinião nacional geralmente não existem interlocutores válidos.

Nós da "Fourth Estate" a este respeito nem sempre nem em todas as nossas fileiras realizamos a nossa vocação tão bem quanto podemos ou tão bem quanto devemos. E nem sempre estamos sendo compreendidos quando tentamos.

Esse drama institucional, essa frustração institucional que adquire fôro irritante de quase perenidade, não é peculiar apenas ao Brasil. É peculiaridade que submete a maioria das nações do hemisfério sul e, com toda certeza, todos os nossos países sul-americanos.

Na verdade, enquanto em quase toda a Europa Ocidental e na América do Norte os modelos teóricos e legislativos são o resultado de um contato direto, criador, entre a experiência e o pensamento político, de onde surgem instrumentos e técnicas próprias, em nossos países a criação tem como mediador o vezo do pensar alheio do qual não apropriamos por imitação ou desejo de ajuste.

Por outro lado, o exame desse universo institucional de nossos países revela — e por vezes acentua — algumas peculiaridades que distinguem o Brasil.

Creio que me será lícito ocupar mais um pouco da generosa atenção dos senhores para discorrer, ainda que brevemente, sobre as vigências históricas do meu país que, no meu entender, explicam nossas peculiaridades. Entendo que somente o conhecimento delas, mesmo através de mera informação superficial, é que pode nos levar ao entendimento das dificuldades e das potencialidades do meu país.

O Brasil começou a existir em 1500. Mas, como registra não sem uma boa dose de bom humor João Camilo de Oliveira Torres, o Brasil oficial só começou a existir quase 50 anos depois com a chegada de seu primeiro governador-geral, Tomé de Souza, para tanto nomeado pelo Rei D. João III, de Portugal. Este fidalgo chegou trazendo uma espécie de Constituição para o país, um ministro da Justiça, um ministro da Fazenda, o poder espiritual, no clero, soldados, e fundou a cidade de Salvador, que logo passou a ter, inclusive, uma Câmara Municipal. Era, portanto, o Estado do Brasil que oficialmente nascia com todos os órgãos que um Governo que se preza deve ter. Notava-se apenas uma estranha ausência: não havia povo. A rigor, não havia o Brasil que o governador-geral devia governar.

E assim nós começamos...

A sucessão histórica viria explicar o que até hoje tem sido uma espécie de doença da vida institucional brasileira: o paternalismo. De fato, D. João VI, então Rei de Portugal e acossado pela incômoda presença das tropas napoleônicas, elevou o Brasil a Reino, com o que tínhamos novo paradoxo: o Brasil passava a sede da monarquia portuguesa, isto é, o território metropolitano passava a ser província... da antiga província.

Mais tarde, D. Pedro I decretava liberdades essenciais, estabelecendo por decreto a liberdade de imprensa, a Constituição, que nos deu um Estado Liberal de Direito e, depois, ele próprio, herdeiro da Coroa portuguesa, aceitando, pessoalmente, a chefia da revolução que determinaria nossa independência.

No interregno, é verdade, tivemos a primeira e extraordinária manifestação dos brasileiros como povo: com Tiradentes, na conspiração de Vila Rica, no interior de Minas Gerais, expressava-se o povo brasileiro na tentativa pioneira de se afirmar como autor da sua própria nacionalidade.

Realizada a Independência, instituiu-se o Poder Moderador, privativo dos Imperadores, chave da nova organização política e instrumento excepcional de harmonia e equilíbrio entre os demais poderes e as variadas e vastas regiões do país. Deve-se a ele, entre tantas outras, a vantagem brasileira de se realizar entre nós, nos trópicos, o milagre da unidade nacional na América portuguesa, constituindo uma única Nação, enquanto se esfacelavam, por exemplo, a América espanhola e a América francesa.

Mas, impossibilitado o último Imperador, D. Pedro II, por motivos de doença, de continuar a exercer o Poder Moderador, uma intervenção das Forças Armadas decretou o regime republicano e federativo. Instituídas assim a República e a Federação, sem notória participação popular, os políticos civis que vieram depois, com as exceções que servem apenas para confirmar a regra geral, empenharam-se na manutenção popular a mera ratifi-



O vice-presidente executivo do JORNAL DO BRASIL discursou no seminário sobre oportunidades de negócios no Brasil, em Londres

cações simbólicas das decisões oligárquicas, de cúpula, automaticamente surgiu a situação perversa, praticamente perene, pela qual se submetia o país a sucessivas agitações institucionais que alcançam, desgraçadamente, até nossa história mais recente.

Urn dos mais lúcidos dos senadores do Império — lembrado ainda por Oliveira Torres — o ilustre Bernardo Pereira de Vasconcelos — sintetizava, já em 1841, as causas desse nosso permanente drama institucional: "As desgraças do país" — disse ele — "vieram de terem as reformas políticas precedido as reformas sociais."

A Revolução de 1930, que anuncia generosos propósitos de organização e reforma social, culminou em mais uma frustração. Sucedida, de fato, a revolução, pela longa ditadura de Vargas, o Presidente passa a ser o chefe o centro da vida política nacional — a nova encarnação do paternalismo — tradição que se mantém vivamente forte até hoje.

Da longa ditadura de Vargas herdamos mais um equívoco e certamente novo paradoxo: entendeu-se como progresso institucional a substituição do coronelismo político pelo peleguismo — sustentando no paternalismo estatal — com a ditadura de Vargas promovendo uma estupenda legislação trabalhista antes de termos, propriamente, um proletariado.

Em 1945, nova intervenção das Forças Armadas derruba a ditadura confirmado a vocação dos chefes militares brasileiros de promover intervenções apenas com o propósito de restabelecer o equilíbrio institucional. Assim, restaurada a legalidade, esse precário equilíbrio preservou-se, não sem grandes exercícios de peripécias jurídicas, até 1964, quando novamente intervêm os militares para impossibilitar as tentativas de uma aventura totalitária, de inspiração comunizante, consagrando a tradição legalista das Forças Armadas, admiravelmente encarnada na figura do ilustre Presidente Castello Branco a quem, notoriamente, repugnava a ditadura franca, de caráter militarista ou caudilheirista.

1968, diante da concreta ameaça da guerrilha urbana, com a edição do Ato Institucional nº 5, terá sido exceção dessas tradições legalistas. Depois dessa conturbada etapa da vida institucional brasileira, que se estende, praticamente, até a inauguração do governo do general João Figueiredo, restabelece-se a tradição de legalidade, com o presidente atual decretando — e aqui se repete o gesto da concessão — em nome das forças que representa, a anistia política, restabelecimento de eleições diretas no Estado e consolidando a liberdade de imprensa, restituída já no período anterior do Presidente Geisel.

A transição no caminho para a democratização não se realiza, evidentemente, sem sobressaltos e novas peripécias. Há, contudo, alentadores indícios de que nosso País caminha efetivamente para a conquista de um pleno estado de direito e um desses indicadores, certa e seguramente, terá sido a tranquila e incontestada posse do vice-presidente Aureliano Chaves durante o impedimento temporário do Presidente Figueiredo.

Essa sucessão tranquila de um militar para um civil na presidência pode parecer, a esse ilustre e paciente auditório, um fato corriqueiro. Acho que posso garantir aos senhores, contudo, que, ao sul do Equador, tal serenidade cívica costuma ganhar fôro de verdadeira façanha.

Meus Senhores:

O Brasil é uma sociedade extremamente composta onde convivem, ainda, a modernização e bolsões de feudalismo verdadeiramente assemelhados às vigências do século XVI na Europa. Uma espécie de paranoíide ideológica — que não é patri-

mônio exclusivo nosso e sim vestígio do colonialismo intelectual que herdamos dos europeus — paranoíide com disfarce conservador ou revolucionário que insiste na manutenção do "status quo" ou na deliberada trapaça de atribuir à nossa modesta experiência capitalista as injustiças ainda engendradas pelos resquícios do feudalismo.

Ora, se a sociedade brasileira atual é de fato injusta, reside principalmente no seu componente capitalista a possibilidade maior — senão mesmo a única — de retificar as injustiças. Assim, a direção econômica da sociedade é que determinará a promoção social, a universalização da modernidade no Brasil ou, ao contrário, e desgraçadamente, promoverá a proletarização universal da sociedade, uma espécie de "indianização" dos brasileiros.

Será, por conseguinte, a direção econômica que também determinará os rumos políticos do Brasil, isto é, se conseguiremos continuar promovendo nosso projeto democrático, consolidando a Democracia no maior país da América Latina, ou empurrados para a devastadora parceria com essa metade escravizada da humanidade que responde pelo apelido de "democracias populares".

Não se trata, pois, no caso brasileiro, de preservar e promover a economia de mercado por vocação dilettante. Na verdade, o desafio que hoje, mais do que nunca, confronta os brasileiros sinceramente empenhados pelo projeto democrático é o da centralização econômica, do controle total da economia — rotulada de marxismo-leninismo ou capitalismo de Estado, pouco importa — que em todas as latitudes gerou o controle total da cidadania.

A própria explicação da crise econômica brasileira de hoje não se esgota apenas na verificação de uma conjuntura internacional que nos é, de fato, extremamente desfavorável. Não podemos, nem devemos, atribuir à conjuntura o que nem sempre lhe pertence.

A crônica das dificuldades econômicas atuais do meu país será melhorada se identificar o porte maior dos nossos problemas numa economia estatizada que gera um circuito econômico fechado, centralizado. Para não aborrecê-los com citações infundáveis, ainda que todas procedentes, de números que compõem o circuito fechado da economia brasileira, bastará a lembrança sobre a composição do perfil da nossa dívida externa: quase 70% dela, na verdade, são representados por projetos estatais; alguns de reconhecido valor e de efetivo interesse nacional, mas outros, como o do nosso fantástico acordo nuclear com a Alemanha que são, no mínimo, de inspiração duvidosa.

Portanto, em país como o nosso, das nossas dimensões, numa sociedade ainda carente de valores culturais próprios, ainda dependente de uma demografia demente, não somos vítimas apenas do mito simplificador do marxismo com a sua charlatanice utópica da sociedade sem classes, da "ditadura do proletariado", que tanto encanta os intelectualizados cabeças terceiro-mundistas e que, no entanto, por toda parte, promove cada vez mais a ditadura e cada vez menos o proletariado. Em nosso país, de acentuada tradição centralizadora, com o ideal federativo esfacelado, paternalista, onde o poder estatal exerce atração quase mística, inclusivo sobre suas elites, o que explica a constante recusa à solidariedade e mesmo a recusa à responsabilidade, somos também permanentemente vítimas do que apropriadamente se pode chamar de nacional-estatismo. Isto é, o avanço do poder estatal sobre a economia e a cidadania, exercido geralmente em nome de um projeto de grandeza nacional, de formação da potência, projeto invariavelmente sustentado pelo duvidoso e alienante gosto pelo monumental, pelo populismo que tão facilmente atinge as massas.

Neste risco, aliás, não estamos sós e a identificação das companhias não é nada gratificante. Ao contrário, estamos muito mal acompanhados. De fato, cada vez que um regime "marxista-leninista" é construído por este infelicitado Terceiro Mundo, encontramos sempre, inequivocamente, algum tempo depois da transformação, monumentais aparelhos do Estado ocupados por filhos revolucionários das elites ou da burguesia.

Na realidade, as burocracias sul-americanas, tanto quanto a cubana, a argentina, a chinesa, vietnamita e sobretudo a soviética, não são e nunca foram frutos acidentais e inesperados da utopia marxista. Seus gigantescos aparelhos estatais não são o resultado da aplicação de uma idéia, a da socialização dos meios de produção. São, muito ao contrário, a própria encarnação de uma nova pequeno-burguesia que existia antes da "revolução", que geralmente se serviu do marxismo-leninismo ou do nacional-estatismo, para assegurar sua dominação sobre as massas pelo exercício implacável do monopólio do poder político e do poder econômico.

Resgatar deste risco o Brasil é o desafio, repito, dos que somos, no nosso País, sinceramente compromissados com a idéia da liberdade.

Os elementos de juizo de que se dispõe no Brasil, a experiência histórica que possuímos, não permitem ainda prever, com rigor científico, qual vai ser o resultado dessa luta. Contudo, nenhuma nação pode prever sem qualquer sombra de dúvida o seu futuro político. Mesmo aqui, onde o balanço do poder político entre conservadores e trabalhistas tem sido mais do que testado pela História, uma nova experiência está-se iniciando. Na realidade, desde quando surgiu, o novo Partido Social Democrático não apenas abalou as fundações do Partido Trabalhista, mas ainda levanta dúvidas sobre se o sistema político inglês voltará algum dia a se reinquadrar em sua antiga moldura.

A política, senhores, é matéria viva, em mutações constantes no mundo inteiro. Assim, o empresário que tentar encontrar lugares sem mudanças estará negando a própria natureza do capitalismo, isto é, sua capacidade para correr riscos. Do ponto de vista político, o chamado risco brasileiro não freou o fluxo de capitais estrangeiros depois da Segunda Guerra Mundial, e superou também os problemas da guerra do petróleo desde 1973. Deveríamos lembrar, contudo, que alguns países, como o Japão, substituíram outros e criaram oportunidades para seus negócios no Brasil dentro do mesmo contexto. O que deveríamos indagar é por que isso aconteceu com uns, e não com outros.